

A METODOLOGIA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL: DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DA POPULAÇÃO NEGRA

Raul Enrique Cuore ¹

Bartolina Ramalho Catanante ²

RESUMO: Este trabalho pretende mostrar que a população afrodescendente no Brasil não possui na sociedade as mesmas oportunidades que a população branca e, embora inúmeras variáveis contribuam para a concretização deste fato, a educação é um dos fatores de maior peso nesta afirmativa. Diversas políticas públicas foram desenvolvidas pelo Estado no decorrer da história, porém não se mostraram suficientes para reverter à desigualdade. Esta circunstância fica evidente através dos dados levantados pelos censos executados desde a época Imperial pelos diversos institutos criados pelos governos para este fim. A partir do ano de 1938 é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o responsável por colher estes dados, através dos censos demográficos, que permitem mapear a situação sócio/econômica/educacional da população brasileira. Para entendermos a metodologia, eficiência e confiabilidade destes estudos estatísticos, faremos um levantamento histórico sobre a origem da pesquisa demográfica no Brasil apresentando cronologicamente os censos realizados e analisando os dados colhidos pelos censos que envolvem a situação educacional da população afrodescendente comparando-os com a população branca.

97

PALAVRAS-CHAVE: Censo; Educação; População Negra.

METHODOLOGY OF DEMOGRAPHIC CENSUS IN BRAZIL: EDUCATIONAL INEQUALITIES OF THE BLACK POPULATION

ABSTRACT: This work aims to show that the Afro-descendant population in Brazil does not have in society the same opportunities as the white population, and although many variables contribute to the realization of this fact, education is one of the weightier factors in this statement. Several policies have been developed by the state throughout history, but were not enough to reverse inequality. This fact is evident from the data collected by censuses carried out since the time Imperial by the various institutions established by governments for this purpose. From the year 1938 is the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) responsible for harvesting this data through the population censuses, which allow you to map the socio / economic / educational status of the population. To understand the methodology, efficiency and reliability of these statistical studies, we will make a historical survey of the origin of

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: prof.raul.exatas@hotmail.com

² Doutora pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS. Professora adjunta dos cursos de Letras/Espanhol, Pedagogia e Mestrado Profissional em Educação, Profeduc/UEMS. E-mail: bartolina@uems.br.

Demographic Research in Brazil presenting chronologically the censuses and analyzing the data collected by the census involving the educational situation of the Afro-descendant population comparing them with the population white.

KEYWORDS: Census; Education; Black population

INTRODUÇÃO

Na atualidade, assim como no passado, o preconceito e a discriminação racial³ estão presentes na sociedade brasileira. A população afrodescendente não possui as mesmas oportunidades que a população branca. Embora existam inúmeras variáveis que promovem as desigualdades entre estas duas populações, como: a distribuição de renda, o trabalho e a condição social, entre outras, uma em especial, a que mais se destaca é a educação. Nesse cenário, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007, p.281) afirma: “[...] negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem de taxas de repetência mais altas na escola, o que leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos”.

98

Henriques (2001, p. 26), na sua pesquisa concluída na década de 1990: “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90” nos informava que 55% do diferencial salarial entre a população de brancos e negros no Brasil era consequência da desigualdade educacional e, outra parte, da herança da discriminação educacional infligida às gerações que precederam estes estudantes:

A escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem aproximadamente 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. (HENRIQUES, 2001, p. 26).

³**Preconceito racial** é ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. Por outro lado, **discriminação racial** é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas. VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil hoje. São Paulo: Moderna, 1998.

A diferença de escolaridade entre a população de brancos e negros vem sendo denunciada pelos Movimentos Negros, na sua luta contra a desigualdade racial desde a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, que garantia, no seu artigo 179, item XXXII: “A Instrução primaria, e gratuita a todos os cidadãos”.

Estudos realizados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas últimas décadas, comprovaram esta disparidade que, conforme aponta Passos (2010): “são desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos”.

Para entendermos qual é a metodologia utilizada para realizar estes estudos estatísticos, devemos mergulhar na origem da pesquisa demográfica no Brasil através do levantamento cronológico dos censos e, analisar os dados colhidos pelas pesquisas que envolvem a população afrodescendente comparando-os com os da população branca. Entendemos que, dessa forma, poderemos compreender como foram formuladas as políticas públicas desenvolvidas no decorrer da história pelo Estado para diminuir as desigualdades educacionais e sócio/econômicas da população afro-brasileira.

99

A METODOLOGIA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 26 de janeiro de 1938, inaugurou-se a moderna fase do censo demográfico no Brasil, que previa sua realização a cada dez anos. Nessa nova fase foi ampliada a abrangência temática do questionário aplicado na época, no qual foram introduzidos quesitos que contemplavam fatores econômicos, sociais e educacionais da população pesquisada.

No entanto, antes da criação do IBGE, a contagem dos habitantes era feita principalmente por estimativas populacionais ou mediante questionários que não permitiam colher eficientemente os dados e, assim sendo não retratavam a real situação social da população brasileira no momento.

No Brasil-Colônia (1530 – 1815) os levantamentos demográficos praticamente eram incomuns e, quando ocorriam, eram realizados de forma esparsa e os resultados levantados eram conflitantes.

No ano de 1585 o Padre José de Anchieta fez os primeiros levantamentos dos quais se tem notícia (naquele período as contagens eram feitas pelas autoridades eclesiásticas). No seu trabalho registrou o número de habitantes de algumas Capitânicas Hereditárias⁴, dando para outras, apenas o número de “fogos⁵”.

Baseando-se nas informações colhidas pelo padre Anchieta, o Barão do Rio Branco, considerou a média de cinco pessoas por “fogo”, chegando à conclusão de que a população brasileira, no período, era composta por 57.000 habitantes, dos quais 25.000 brancos, 18.000 índios e 14.000 escravos africanos, (RIO BRANCO, 1958).

No ano 1776, por ordem da Coroa Portuguesa, o abade Corrêa da Serra realizou uma nova contagem da população classificando-a por sexo e idade, porém o quesito raça não foi incluído nessa contagem. Tomando como base as *listas de desobriga das freguesias*⁶ foi estimado o número de 1.900.000 habitantes. Em consequência dos dados terem sido levantados indiretamente e as crianças abaixo de sete anos não serem contadas, os resultados apresentados não foram confiáveis.

O motivo para a Coroa Portuguesa realizar a contagem populacional de 1776 era, principalmente, o de identificar o número de homens capazes de pegar em armas e o possível número de “pagadores de impostos”, (BETHELL, 1997, p.20).

Com a chegada ao Brasil de Dom João VI, e sua Corte, no dia 7 de março de 1808, fugindo das tropas de Napoleão que ameaçavam invadir Portugal, o Ministro dos Negócios da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, (futuro Conde de Linhares), determinou que fosse feita a contagem da população da Colônia na data de 16 de março de 1808.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho mandou efetuar um inquérito sobre a população, apurando um total de 4.000.000 de habitantes. Simultaneamente, resultados parciais de outro levantamento para todas as Capitânicas indicaram uma população de 2.419.000. (BOTELHO, 2008, p.13).

⁴As Capitânicas hereditárias foram um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, Dom João III, em 1534 com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. O sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares, principalmente nobres relacionados com a Coroa Portuguesa. Ganham o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária). Disponível em: <http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias/>.

⁵ Entendia-se por “fogo” a casa, ou parte dela, em que habitava uma pessoa livre ou uma família com economia separada, de maneira que um edifício poderia conter um ou mais fogos. (IBGE, 2003, p.8).

⁶ No Brasil-Colônia, chamava-se *desobriga* o cumprimento pelos fiéis católicos do preceito da confissão anual durante a Quaresma. A palavra também denotava a ação do sacerdote que, nessa época, comparecia às comunidades para *desobrigar* os fiéis de seus pecados, ministrando-lhes o sacramento da Penitência. FERREIRA, Elizângela Oliveira. “Mulheres de fonte e rio”: solicitação no confessionário, misoginia e racismo na Bahia setecentista. Afro-Ásia, n.48, pp. 127 – 171. 2013.

No ano de 1808, o Brasil mantinha escravizados 31% dos seus habitantes. Todas as províncias possuíam população de escravos nunca inferior a 15% do total de habitantes. A Corte, as províncias açucareiras de Pernambuco e Bahia, Rio Grande do Sul, Piauí, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso e Goiás eram as maiores detentoras de escravos (BOTELHO, 2008).

Após da elevação da Colônia a categoria de Reino, por resolução da *Mesa de Desembargo do Paço*⁷ em 18 de junho de 1818 o Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira realizou a primeira contagem da população brasileira considerada por ele digna de crédito, pois no seu juízo foi o primeiro censo da população do País: “pela sua aproximação da verdade, pelo possível esmero da sua organização e pela fé que se pode nele depositar”.

No estudo intitulado “A Igreja no Brasil”, do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, tem-se a distribuição da população livre e escrava segundo o arcebispado da Bahia, do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Pernambuco, Pará e Maranhão. Para confeccionar tal estatística reuniu os mapas remetidos pelos ouvidores ao Desembargo do Paço em 1809, 1815, 1816, 1817 e 1818, pelos diferentes magistrados e capitães-mores à Intendência Geral da Polícia em 1814, ou pelos vigários no mesmo ano. Em seguida, estimou os acréscimos em função da ausência de crianças, da maior antiguidade de certos censos, e dos índios “bravios ou não aldeados”, chegando ao total de 4.396.000 de habitantes. (BOTELHO, 2008, p.6).

101

Após a proclamação da Independência no dia 7 de setembro de 1822, não houve, de imediato, mudança no que se refere à metodologia estatística de contagem da população. A “Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil” criada por decreto de 25 de novembro de 1829 se mostrou ineficaz e nada concreto produziu durante o curto tempo em que funcionou, (IBGE/Memoria, 2015).

O primeiro regulamento sobre o “Recenseamento Geral do Império” foi instituído pela Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846, no seu artigo 107 definiu o intervalo de 8 anos entre um censo e outro. A seguir a Lei nº 586 de 6 de setembro de 1850 autorizou o governo a realizar, no menor espaço de tempo possível, o Recenseamento Geral do Império.

⁷O Desembargo do Paço ou Mesa do Desembargo do Paço, ou ainda Tribunal do Desembargo do Paço, foi criado no reinado de Dom João II. Constituiu o tribunal supremo de justiça de Portugal, entre o século XVI e o início do século XIX. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2773>.

O primeiro censo, no entanto, foi programado para ocorrer em 1º de julho de 1852, autorizado pelo Decreto Imperial nº 797, de 18 de junho de 1851, o qual dispunha:

Em virtude do disposto no artigo 17, § 3º da Lei nº 586 de 6 de Setembro de 1850 por bem que se proceda á organização do Censo geral do Império pela maneira disposta no Regulamento que com este baixa, assignado pelo Visconde de Mont'alegre, do Meu Conselho de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de Junho de mil oitocentos cinquenta e um, trigésimo da Independência e do Império.

[...] Art. 11 - As listas deverão conter: 1º Os nomes de todas as pessoas da família, menos dos escravos, dos quais bastará referir o numero por sexo; 2º O estado (casado, solteiro, ou viúvo); 3º A idade; 4º A condição (ingênuo, liberto, ou escravo); 5º O lugar do nascimento; 6º Se é estrangeiro, de que Nação. Sendo Brasileiro se fará declaração do Cidadão naturalizado, e do que o não é. Sendo indígena (caboclo) será feita menção da tribo a que pertence. 7º A profissão ou modo de vida; 8º A qualidade que representa na família (cabeça de família, mulher, filho, parente, agregado, ou outra qualquer qualidade, por que se repute fazer parte da família).

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador. Visconde de Mont'alegre. (BRASIL, 1851)⁸.

No entanto este recenseamento não foi concretizado em virtude de uma revolta ocorrida no município de Pau D'Alho, na província de Pernambuco (que posteriormente se estendeu pelas províncias de Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e, possivelmente, Minas Gerais que era ligada à Região Nordeste), conhecida como “Guerra dos Marimbondos (1851 – 1852)”. O motivo que fez surgir esta revolta foi o Decreto Imperial nº 797 de junho de 1851 (citado anteriormente), conhecido como "Lei do Cativo". A esse respeito Palácios; Olivares (2006, p.1) afirma que o levante foi constituído de homens livres e pobres, camponeses ou agricultores de subsistência, na sua maioria, inconformados com a promulgação do Decreto Imperial em 1851, que regulamentava o registro dos nascimentos e óbitos do Império. A crença popular era de que, coincidindo com as leis que determinavam o fim da importação de mão-de-obra africana escrava, destinava-se na verdade a recuperar para o escravismo uma ampla camada da população que não tinha, até então, sido objeto da atenção por parte do Estado ou dos proprietários das plantações açucareiras da zona da mata nordestina.

Em 23 de outubro de 1854, o Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ordenou que fosse realizado, em cada Província, um levantamento do

⁸ Grifo nosso no que diz respeito à atualização da escrita da Língua Portuguesa no texto original.

número de habitantes. Os dados colhidos, divulgados em 1856, apontaram o total de 7.677.800 de habitantes.

Na mesma época, foi apresentado na Exposição Universal de Paris, na França, realizada de 15 de maio a 15 de novembro de 1855, um trabalho que apontava no Brasil o número de habitantes de 11.780.000 aproximadamente, assim distribuídos: 1.400.000 escravos; 9.880.000 habitantes livres; e 500.000 indígenas.

Diante da divergência dos dados apresentados pelos dois levantamentos, uma nova investigação foi solicitada pelo Ministro do Império em 25 de janeiro de 1870. Com os novos resultados em mãos, colhidos em treze províncias do Império (no total o Império era dividido em 20 Províncias), o governo encarregou o escritor Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820 - 1891) de elaborar um relatório sobre a população brasileira. No relatório, o autor resumiu os resultados de estimativas e inquéritos feitos no período de 1776 a 1869 para o levantamento do número de habitantes, (Quadro 1).

Segundo informa Souza e Silva (1870) na publicação: “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje”⁹: “antes de 1870 as estatísticas de população eram meramente conjecturais não passando de estimativas destinadas, basicamente, a atender aos interesses da Metrópole, preocupada sempre em conhecer seus domínios na América do Sul”.

103

Quadro 1 – Número de habitantes no Brasil no período de 1776 a 1869 e relação das autoridades responsáveis pelo levantamento dos dados.

⁹SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1870. Reimpresso em edição fac-similada, São Paulo, IPE/USP, 1986.

Anos	Autoridades	População
1776	Abade Corrêa da Serra	1 900 000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4 000 000
1810	Alexandre Humboldt	4 000 000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2 860 525
1817	Henry Hill	3 300 000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4 395 132
1825	Casado Giraldes	5 000 000
1827	Rugendas	3 758 000
1829	Adriano Balbi	2 617 900
1830	Malte – Brun	5 340 000
1834	Senador José Saturnino	3 800 000
1850	Senador Cândido Baptista de Oliveira	8 000 000
1856	Barão do Bom Retiro	7 677 800
1867	"O Império na Exposição etc."	11 780 000
1868	Cândido Mendes	11 030 000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brazil	10 415 000

Fonte: SILVA, Joaquim Norberto de Souza, e. 1870. Reimpresso IPE/USP, 1986.

Como consequência do relatório apresentado por Souza e Silva, o Governo Imperial, através da Lei nº 1.829 de 9 de setembro de 1870 sancionou um novo regulamento de recenseamento da população o que determinava que deveria cobrir todo o território nacional devendo ocorrer periodicamente a cada 10 anos e, a responsabilidade pela execução seria da Diretoria Geral de Estatística (DGE), criada pela mesma lei:

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e, Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Artigo 1º - De dez em dez anos proceder-se-á ao recenseamento da população do Império.

Artigo 2º - O Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, [...] e criará na capital do Império uma Diretoria Geral de Estatística á qual incumbe:

1º - Dirigir os trabalhos do censo de todo o Império e proceder ao arrolamento da Corte, dando execução ás ordens que receber do Governo.

2º - Organizar os quadros anuais dos nascimentos, casamentos e óbitos. (BRASIL, 1870)¹⁰.

O Recenseamento Geral do Império de 1º de agosto de 1872, conhecido também como “Primeiro Censo da História do Brasil”, foi o primeiro levantamento demográfico realizado atendendo o que dispunha a Lei nº 1.829 de 9 de setembro de 1870. Sua execução foi regulamentada pelo Decreto nº 4.856 de 30 de dezembro de 1871 e determinava que em cada paróquia do Império, haveria uma comissão censitária composta de cinco membros e um corpo de agentes recenseadores, a ela subordinado.

¹⁰ Grifo nosso no que diz respeito à atualização da escrita da Língua Portuguesa no texto original.

As comissões censitárias receberiam da Diretoria Geral de Estatística (DGE), os “boletins de família” (questionários do censo) e os redistribuiriam para os agentes recenseadores que, por sua vez, os encaminhariam para cada chefe de família, nos seus respectivos domicílios, durante os 15 dias anteriores a 1º de agosto de 1872, data do censo. Uma vez preenchidos, seriam recolhidos no prazo de 10 dias após a data do censo. Por fim, nos 5 dias seguintes, após a conferência, os expediriam de volta para a Diretoria Geral de Estatística, na Corte. No quadro 2 são apresentados os resultados oficiais do Recenseamento de 1872, elaborado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), no ano de 1876.

Quadro 2 – Número de habitantes no Brasil, segundo o Recenseamento Geral do Império de 1872.

Quadro geral - Império - 1872								
Grupos	Categorias	Livres			Escravos			Soma
		Homens	Mulheres	Soma	Homens	Mulheres	Soma	
Total	Almas	4.318.699	4.100.973	8.419.672	805.170	705.636	1.510.806	9.930.478
Raças	Branco	1.967.118	1.813.992	3.781.110	-	-	-	3.781.110
	Pardo	1.680.046	1.651.608	3.331.654	246.641	223.397	470.038	3.801.692
	Preto	470.552	449.122	919.674	558.529	482.239	1.040.768	1.960.442
	Caboclo	200.983	186.251	387.234	-	-	-	387.234
Estado civil	Solteiro	2.977.146	2.751.978	5.729.124	711.881	623.199	1.335.080	7.064.204
	Casado	1.164.547	1.122.881	2.287.428	73.094	62.684	135.778	2.423.206
	Viúvo	177.006	226.114	403.120	20.195	19.753	39.948	443.068
Religião	Católicos	4.302.387	4.089.538	8.391.925	803.946	705.017	1.508.963	9.900.888
	Acatólico	16.312	11.435	27.747	1.224	619	1.843	29.590
Nacionalidade	Brasileira	4.139.274	4.036.624	8.175.898	719.632	652.816	1.372.448	9.548.346
	Estrangeira	179.425	64.349	243.774	85.538	52.820	138.358	382.132
Instrução	Sabem Ler e Escrever	1.013.078	550.973	1.564.051	958	445	1.403	1.565.454
	Analfabetos	3.305.621	3.550.000	6.855.621	804.212	705.191	1.509.403	8.365.024
Instrução - população escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam Escola	155.622	96.170	251.792	-	-	-	251.792
	Não Frequêntam Escola	779.343	786.110	1.565.453	114	114	228	1.565.681
	S / Inf. da Frequência Escolar	2.782	3.706	6.488	147.806	132.054	279.860	286.348
Defeitos físicos	Cegos	7.990	5.409	13.399	1.504	982	2.486	15.885
	Surdos-Mudos	6.538	3.863	10.401	728	590	1.318	11.719
	Aleijados	23.656	9.823	33.479	4.680	2.925	7.605	41.084
	Alienados	4.838	3.449	8.287	637	523	1.160	9.447
Ausentes	Dementes	3.103	2.027	5.130	374	333	707	5.837
	Ausentes	35.631	15.819	51.450	6.484	4.662	11.146	62.596
Transeuntes	Transeuntes	23.221	13.786	37.007	1.449	885	2.334	39.341
Parte de domicílios								
	Casas habitadas		Casas desabitadas		Fogos			
	1.297.447		32.930		1.332.465			

Fonte: Diretoria Geral de Estatística (DGE), 1876¹¹.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o governo atentou à necessidade de ampliar os levantamentos demográficos no Brasil, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos através do Decreto nº 5. 604 de 25 de março de 1874¹².

¹¹Diretoria Geral de Estatística - DGE, 1876. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Império%20do%20Brasil%201872.pdf>.

¹²BRASIL, Decreto nº 5. 604 de 25 de março de 1874. Estabelece o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>.

Nos anos que se seguiram a Diretoria Geral de Estatística (DGE), responsável pelo censo demográfico, foi mudando de nome diversas vezes até passar a se chamar de Departamento Nacional de Estatística (DNE), o qual foi extinto no ano de 1934 e substituído pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano de 1937 foi incorporado ao INE o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG).

Por fim, em 26 de janeiro de 1938, através do Decreto/Lei nº 218, artigo 1º, é criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE), inaugurando-se a moderna fase do censo demográfico no Brasil, prevendo a sua realização periodicamente a cada dez anos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição da República: atendendo à estrutura definitiva com que ficou o Instituto Nacional de Estatística, por efeito dos Decretos nº 24.609, de 6 de julho de 1934, nº 1.200, de 17 de novembro de 1936 e nº 1.527, de 24 de março de 1937; considerando o que propuseram o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia, respectivamente, pelas resoluções nº 31 e nº 6, de 10 e 13 de julho de 1937; decreta:

Artigo 1º - O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [...] (BRASIL, 1938).

106

No Brasil desde o ano de 1890 os censos têm sido decenais, com as exceções dos anos de 1910, 1930, no qual os censos foram suspensos e, no ano de 1990, no qual a sua realização foi transferida para o ano de 1991.

Sobre a importância de respeitar o intervalo decenal, os especialistas em estatística concordam que esta metodologia é necessária, haja vista o tempo de recomposição da população. No quadro 3 é apresentada a trajetória dos censos demográficos realizados no Brasil desde o ano de 1872.

Quadro 3 – Trajetória histórica dos censos no Brasil.

CENSO	ESPECIFICAÇÕES
Censo Geral do Império de 1872.	<i>“Recenseamento da População do Império do Brasil”</i> . Considerado o primeiro censo da história do Brasil. Foi autorizado pelo Decreto nº 4.856 de 30/12/1871 e realizado em 01/09/1872. Foram pesquisados os seguintes quesitos: cor, sexo, situação de cidadão livre ou escravos, estado civil, nacionalidade, ocupação e religião da população. Os resultados registraram 10.112.061 de habitantes.
Censo Geral do Império de 1880.	<i>O censo que nunca ocorreu</i> . Teve sua execução transferida para o ano de 1887 e, mesmo assim, ficou apenas no projeto. Os últimos anos de monarquia no Brasil assinalaram a indiferença dos poderes públicos quanto a sua realização.

CENSO	ESPECIFICAÇÕES
Censo Geral de 1890.	<i>Foi o primeiro censo geral da República.</i> Autorizado pelo Decreto nº 331, de 12/04/1890, e realizado em 31/12/1890. Foram pesquisados os seguintes quesitos: nome, sexo, idade, estado civil, cor, filiação, naturalidade, nacionalidade dos pais, defeitos físicos, residência, grau de instrução, culto religião, profissão, título científico, literário ou artístico, nome de cada um dos cônjuges, ano de casamento, número de matrimônios, grau de parentesco do casal e número de filhos vivos e falecidos. Os resultados registraram 14.333.915 habitantes.
Censo Geral de 1900.	Autorizado por Portaria em 20/01/1900 e realizado em 31/12/1900. Os resultados publicados em 29/01/1901. Os resultados apurados foram: população total do País: 17.318.556 habitantes. O Distrito Federal (Rio de Janeiro) teve seus dados questionados na primeira fase do censo, assim após uma nova contagem, os resultados registraram um total de 17.438.434 habitantes.
Censo Geral de 1910.	<i>Suspensão.</i> O Censo de 1910 que deveria realizar-se em 31/12/1910 foi transferido para 30/06/1911, sendo definitivamente suspenso em consequência das agitações políticas da época.
Censo Geral de 1920.	Autorizado pelo Decreto nº 14.026 de 21/01/1920 e realizado em 01/09/1920. Foram feitas perguntas sobre as principais características de cada um dos membros da família. A supressão do quesito relativo à cor foi explicada pelo fato de as respostas ocultarem parte da verdade, especialmente quanto aos mestiços. Outro quesito suprimido foi religião professada. No que diz respeito aos defeitos físicos levou em consideração apenas cegueira e surdo-mudez. Os resultados registraram 30.635.605 de habitantes.
Censo Geral de 1930.	<i>Suspensão.</i> Autorizado pelo Decreto/Lei nº 5.730 de 15/10/1929, foi cancelado em consequência das agitações políticas da época.
Censo Geral de 1940.	<i>Foi o primeiro censo realizado pelo IBGE criado em 1938.</i> Autorizado pelo Decreto nº 24.609 de 06/07/1934 e realizado em 01/09/1940. Correspondeu ao censo da população; ao censo da agricultura e da indústria e ao primeiro levantamento do comércio, dos transportes, comunicações e serviços. Foram pesquisados: sexo, idade e cor, enfermidades (somente cegueira, e surdo-mudez), estado civil, descendência, naturalidade, nacionalidade, língua falada no lar, religião, grau de instrução, inscrição em sindicatos, propriedade imobiliária, participação em instituições de previdência e seguros sociais. Os resultados registraram 41.165.289 habitantes.
Censo Geral de 1950.	Autorizado pela Lei nº 651, de 13/03/1949 foi realizado em 01/07/1950. O número de quesitos baixou de 45 para 25. Os resultados registraram 51.941.767 habitantes.
Censo Geral de 1960.	<i>Pela primeira vez foi empregada a técnica da amostragem nos censos.</i> Autorizado pelo Decreto nº 47.813 de 02/03/1960 e realizado em 01/09/1960. Foram pesquisadas as características das pessoas, das famílias, dos domicílios, sexo, idade, religião, cor, naturalidade, nacionalidade, migrações internas, grau de instrução, estado civil, duração do casamento, fecundidade e algumas características econômicas. Especificamente aos domicílios, o censo pesquisou: número de moradores, situação da moradia (urbana ou rural), tipo de construção, condição de ocupação, aluguel mensal, forma de abastecimento de água, instalações sanitárias, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, número de dormitórios, existência de iluminação elétrica, rádio, geladeira e televisão. Os resultados registraram 70.070.457 habitantes.
Censo Geral de 1970.	Autorizado pelo Decreto/Lei nº 369, de 19/12/1968 e realizado em 01/09/1970. Pesquisou: situação no domicílio, sexo, idade, religião, nacionalidade, naturalidade, migrações internas, grau de instrução, estado conjugal, características econômicas e fecundidade. Das famílias: composição e características de seus membros. Dos domicílios: número de moradores, tipo de construção, condição de ocupação, aluguel mensal, tempo de residência, forma de abastecimento de água, existência e tipo de instalações sanitárias, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, número de dormitórios, existência de iluminação elétrica, rádio, geladeira, televisão e automóvel. Os resultados registraram 93.139.037 habitantes.
Censo Geral de 1980.	Autorizado pelo Decreto nº 84.221, de 19/11/1979 e realizado em 01/09/1980. Foram pesquisadas: sexo, idade, alfabetização, religião, cor, orfandade materna, estado conjugal, nacionalidade, naturalidade, migrações internas, frequência à escola, nível

CENSO	ESPECIFICAÇÕES
	de instrução, características econômicas, fecundidade e mortalidade; composição das famílias; e domicílios: situação, número de moradores, espécie, tipo, condição de ocupação, material de construção, forma de abastecimento de água, valor do aluguel ou prestação mensal do imóvel, número de cômodos, existência e tipo de fogão, combustível usado para cozinhar, existência de telefone, iluminação elétrica, rádio, geladeira, televisão e automóvel. Os resultados registraram 119.002.706 habitantes.
Censo Geral de 1990.	<i>Suspenso.</i> O Censo que deveria realizar-se em 01/09/1990 foi transferido para 01/09/1991.
Censo Geral de 1991.	Autorizado pela Lei nº 8.184, de 10/05/1991 e realizado em 01/09/1991. Foram pesquisadas características das pessoas: sexo, condição no domicílio, idade, cor ou raça, religião, deficiência física ou mental, orfandade materna, nacionalidade, naturalidade, migrações internas e internacionais, grau de instrução, estado civil, fecundidade, mortalidade, características econômicas e familiares. Características dos domicílios: localização, material de construção, forma de abastecimento de água, condição de ocupação, aluguel mensal, combustível usado para cozinhar, número de cômodos, destino do lixo, linhas telefônicas e automóveis, forma de iluminação, aparelhos de televisão em cores ou preto e branco, existência de filtro de água, rádio, freezer, geladeira, máquina de lavar e aspirador de pó. Os resultados registraram 146.825.475 habitantes.
Censo Geral de 2000	<i>O Censo Demográfico 2000 retomou a realização dos censos em anos terminados em zero.</i> A data de referência para realização, que era 1º de setembro passou a ser 1º de agosto. Os indígenas foram pesquisados no Brasil todo. Os resultados registraram 169.799.170 habitantes.
Censo Geral de 2010	<i>Foi substituído o questionário de papel pelo computador portátil PDA.</i> Realizado em 1º de agosto de 2010. A mudança do questionário de papel para o PDA representou uma economia de tempo de processamento e de papel, bem como permitiu estender o questionário para populações específicas (indígena, por exemplo). Os resultados registraram 190.755.799 habitantes.

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Memória¹³.

O TRATAMENTO DA QUESTÃO ETNICORRACIAL NOS CENSOS BRASILEIROS: HISTÓRICO SOBRE INVESTIGAÇÃO DE COR E RAÇA NAS PESQUISAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

O método pelo qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coleta e trata os dados pesquisados sobre cor ou raça no Brasil é diferente ao utilizado no Recenseamento da População do Império do Brasil realizado em 1872.

No Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872, a classificação por raças disponibilizava quatro opções de resposta: *branco, preto, pardo e caboclo*¹⁴. Segundo Osório (2004, p. 105): “Ressalva-se que tal escolha foi muito apropriada, pois em um levantamento dessa natureza é importante que os termos, que são utilizados,

¹³Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/pt/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>>. Instituto. (Grifo nosso).

¹⁴A opção de resposta; “*caboclo*” estava direcionada a contabilizar a população indígena do País. (IBGE, 2013).

tenham uso corrente e o mais disseminado possível para proporcionar maior uniformidade e confiabilidade aos dados obtidos”.

No segundo Recenseamento da População do Império do Brasil realizado em 1890, o termo *mestiço* substituiu o termo *pardo*, enquanto as categorias “*branco, preto e caboclo*” continuaram a ser utilizadas. A partir deste momento foram adotados dois critérios para classificar a população, um que registrou a “cor” do entrevistado, valendo-se para isso das categorias *branco* e *preto*, e o segundo, que registrou sua origem racial na categoria “*mestiço*” (união de pretos e brancos) ou de “*caboclo*” (índios e seus descendentes). De acordo com Camargo (2010, p.243): “Nota-se que a mestiçagem foi promovida aqui à condição de categoria, assumindo claramente o sentido atribuído pelo branqueamento, entendido como a diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento desta população”.

Nos censos realizados nos anos de 1900 e 1920, as informações sobre cor ou raça não foram coletadas. Nos anos de 1910 e 1930, não foram realizados censos no Brasil. A partir do censo realizado no ano de 1940, a categoria para a classificação do indivíduo foi denominada de “*cor*”, sem referenciar a raça. Enquanto os critérios de compreendem: “*branco, preto e amarelo*”.

O critério “*amarelo*” veio contemplar a imigração japonesa ocorrida entre 1908 e 1930. Assim, a cor tornou-se “o suporte para as representações ambíguas que satisfizeram o ideário de nação que visava agregar e não dividir” (NASCIMENTO, 2006, p. 138). A orientação para o preenchimento do quesito “*cor*”, no censo de 1940, foi a de se considerar apenas as três respostas mencionadas, lançando um traço (–) no espaço correspondente do questionário em qualquer outro caso.

Posteriormente, o traço foi codificado como categoria parda foi destinada tanto para classificar os que utilizaram outros termos de cor ou raça, quanto para os indígenas. Neste contexto, nota-se uma mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não é mais o tipo racial originário, mas a ‘cor’, isto é, as tonalidades de pele, sem a antiga referência à continuidade sanguínea. (CAMARGO, 2010, p. 254).

Os censos realizados nos anos de 1950 e 1960 voltaram a incluir na categoria “*cor*” o critério “*pardo*”, assim as opções apresentadas eram: “*branco, preto, pardo e amarelo*”. No censo realizado no ano de 1970, novamente o critério “*pardo*” foi excluído e, no ano de 1980 o critério “*pardo*” voltou a ser incluído.

O censo previsto para ser realizado ano de 1990 foi transferido para o ano de 1991. Nesta oportunidade, a categoria *indígena* foi reintegrada à pesquisa depois da última vez na qual foi utilizada no censo do ano de 1890.

Nos censos do ano de 2000 e no último censo realizado em 2010 repetiram-se as categorias “*branco, negro, pardo, amarelo e indígena*”, sendo que, pela primeira vez, os indivíduos que se declararam *indígenas* foram indagados a respeito da etnia a qual pertenciam e a língua que falavam.

A pesquisa de cor ou raça também passou a integrar outras pesquisas como: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1976, 1987), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2002,2003) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME, 2003). Especificamente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1976), investigou o tema mobilidade social e a característica cor, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em quatro categorias: branca, preta, amarela e parda. A pesquisa foi realizada em todo o território, exceto na área rural das unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste, sem contar o Distrito Federal, que estava integralmente representado. Por outro lado, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME, 1998), investigou a característica cor ou raça, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. As pesquisas foram realizadas nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (PETRUCCELLI, 2000, p.54) ¹⁵.

Quadro 4 – Resumo da evolução das categorias pesquisadas por cor ou raça realizadas nos censos brasileiros entre os anos de 1872 a 2010.

CENSOS – COR OU RAÇA						
1872*	1890	1910	1920	1930	1940	1950
Branca	Branca	Censo Suspense	Branca	Censo Suspense	Branca	Branca
Preta	Preta		Preta		Preta	Preta
Parda	Mestiça					Parda
Cabocla	Cabocla					
						Amarela

¹⁵ PETRUCCELLI, J. L. A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98. Rio de Janeiro: IBGE, Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 3. 2000.

CENSOS – COR OU RAÇA					
1960	1970	1980	1991	2000	2010
Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta
Parda		Parda	Parda	Parda	Parda
Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela
			Indígena	Indígena	Indígena*
*Censo de 1872 - A população livre define sua cor (branca, preta, parda ou cabocla).					
* Censo de 1872. População escrava (preta ou parda).					
* Censo de 2010. Se indígena especificar etnia e língua falada.					

FONTE: Recenseamento do Brasil 1872 a 1920. Rio de Janeiro: DGE, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940 a 2010.

As categorias de cor ou raça¹⁶ (*branca, preta, parda, amarela e indígena*), disponibilizadas pelo IBGE, nos seus questionários a partir de 1991, são debatidas por militantes dos Movimentos Negros que questionam a existência da categoria “*parda*”, a qual representaria uma categoria intermediária entre a “*branca*” e “*preta*”, dando a opção aos pesquisados de declarar-se de uma cor mais clara, evidenciando uma tentativa de “*branqueamento*” nas respostas, promovendo a negação da “*negritude*”. (Marx, 1999, p. 911).

Nobles (2000, p.1743) propõe uma periodização para a história da categoria “cor” nos censos. Segundo o autor, no primeiro período compreendido entre 1872 e 1910, o censo refletiu as concepções populares e das elites sobre a composição racial brasileira. No segundo período compreendido entre 1920 e 1950, promoveu e reportou o branqueamento da população nacional e, por fim no período compreendido entre 1960 e 2000, o censo passou a ter as categorias raciais questionadas dentro do IBGE e por grupos da sociedade civil.

Neste contexto, no ano de 2008 o IBGE realizou a “Pesquisa das Concepções Etnicorraciais da População (PCERP)” em 6 estados brasileiros, sem codificar a pergunta sobre cor e raça. Os resultados mostraram que, ao não se codificar a pergunta sobre cor ou raça do indivíduo, obteve-se uma distribuição da população em 14

¹⁶ Segundo o IBGE, os conceitos Cor ou Raça são a característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda e indígena. (IBGE, 2015).

categorias raciais, não necessariamente ligadas à “cor”, entre elas: morena, morena clara, alemã, italiana e brasileira. (Quadro 5).

Quadro 5 – Pesquisa das Concepções Etnicorraciais da População (PCERP, 2008) - Cor ou raça declarada de forma espontânea (inclusive sem declaração).

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por cor ou raça, nas 14 categorias mais frequentes, segundo unidades da Federação, no Brasil — 2008								
PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE								
UNIDADES DA FEDERAÇÃO E TOTAL	Total (1)	Distribuição Percentual por Cor ou Raça nas 14 Categorias Mais Frequentes						
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	Morena	Morena clara
Total	47.540.099	49,0	13,6	1,4	0,4	1,5	18,7	3,0
Amazonas	2.158.153	16,2	23,3	1,7	1,5	1,6	40,5	8,6
Paraíba	2.755.674	31,9	10,9	0,7	0,4	0,8	37,6	8,1
São Paulo	30.616.595	51,4	14,5	1,3	0,2	1,9	17,0	2,1
Rio Grande do Sul	8.110.801	63,5	3,8	1,6	1,1	0,4	10,5	1,9
Mato Grosso	2.113.582	30,4	18,6	2,0	0,2	1,0	29,4	6,1
Distrito Federal	1.785.294	29,5	29,5	0,7	-	1,0	16,3	4,8

PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE									
UNIDADES DA FEDERAÇÃO E TOTAL	Total (1)	Distribuição Percentual por Cor ou Raça nas 14 Categorias Mais Frequentes							
		Negra	Mulata	Mestiça	Alemã	Clara	Italiana	Brasileira	Outras
Total	47.540.099	7,8	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,8	1,4
Amazonas	2.158.153	3,6	0,4	0,2	-	1,2	-	0,1	1,0
Paraíba	2.755.674	4,3	1,3	1,2	-	0,6	-	-	2,2
São Paulo	30.616.595	8,9	0,4	0,4	-	0,3	0,1	0,4	1,1
Rio Grande do Sul	8.110.801	5,0	0,5	1,3	3,0	0,7	2,0	2,9	1,9
Mato Grosso	2.113.582	9,7	0,3	-	0,1	0,3	0,0	0,2	1,4
Distrito Federal	1.785.294	10,9	2,8	1,9	-	0,2	-	-	2,4

FONTE: (IBGE, 2008).

Analogamente, no quadro 6, são apresentados os dados do censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, no qual o quesito sobre cor e raça foi codificado, dando a opção de resposta aos entrevistados dentro de quatro categorias: *branca, preta, parda, indígena e amarela*.

Quadro 6 – Censo demográfico (IBGE, 2010).

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, nas unidades da Federação selecionadas, no Brasil — 2010						
UNIDADES DA FEDERAÇÃO E TOTAL	PESSOAS	COR OU RAÇA (%)				
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela
Total	50.224.479	62,3	30,0	6,0	0,4	1,3
Amazonas	2.327.972	21,5	68,7	4,7	4,1	1,0
Paraíba	2.813.647	39,2	52,8	6,2	0,5	1,3
São Paulo	32.401.281	64,5	28,0	5,9	0,1	1,5
Rio Grande do Sul	8.464.425	84,0	9,8	5,6	0,3	0,3
Mato Grosso	2.255.487	37,9	51,4	8,4	1,0	1,2
Distrito Federal	1.961.667	42,4	47,2	8,4	0,3	1,7

FONTE: (IBGE, publicação 2013).

Se compararmos os dados registrados, nos estados selecionados, no quadro 5 (PCERP, 2008) com os dados apresentados no quadro 6 (IBGE, 2010), é possível observar diferenças significativas na distribuição segundo cores ou raças. Os “pretos” apresentaram uma proporção significativamente menor na pesquisa (PCERP, 2008), sendo 1,4% da população, enquanto no censo (IBGE, 2010) eram 6,0% do total dos

estados selecionados. Os “*pardos*”, na pesquisa (PCERP, 2008), eram 13,6%, enquanto no censo (IBGE, 2010) eram 30,0% do total dos estados selecionados. Uma diferença de aproximadamente 16,4%. Os “*brancos*”, na pesquisa (PCERP, 2008), eram 49%, enquanto no censo (IBGE, 2010) eram 62,3% no total dos estados selecionados.

De acordo com os dados levantados pelo (IBGE, 2010), segundo a categoria cor e raça, dos 7,6% dos entrevistados que se declararam *pretos*, 9,5% estavam na Região Nordeste, 7,9% na Região Sudeste e 4,1% na Região Sul. Dos 43,1% dos entrevistados que se declararam *pardos*, 66,9% estava na Região Norte, 16,5% na Região Sul, e as demais Regiões do Brasil revelaram percentuais acima dos 35%.

COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS: ESTUDOS ESTATÍSTICOS REALIZADOS PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

De acordo com Ferrari (2015, p.92), o Brasil passou por um importante processo de redução de desigualdade entre 1960 e 2010, com ganhos visíveis no acesso à educação. Diversas políticas públicas foram desenvolvidas pelo Estado a fim de promover a inclusão social, porém estas ações não foram suficientes, haja vista que as desigualdades persistem atingindo, principalmente, o acesso à educação da população de *preto/pardos* se comparada com a população *branca*. Essas informações fazem parte de um retrato, feito com base nos dados dos últimos seis censos demográficos, produzido pelo IBGE.

Conforme Ferrari (2015, p.94); embora as políticas públicas do período democrático tenham começado logo de início a “pagar a dívida social”, os números do censo de 1990 mostram que o auge da desigualdade de renda se deu governo do presidente José Sarney. Já os dados do Censo de 1960 revelavam baixa desigualdade, ainda que provocada pela homogeneidade da pobreza, num país rural em que apenas 20% dos jovens abaixo dos 15 anos estudavam até quatro anos.

Segundo Lima (2015): “Um dos indicadores de que o ganho educacional é um fator limitado para explicar a diminuição da desigualdade racial é que, de modo constante, a população de *preto/pardos* são os que mais tardiamente se beneficiam de qualquer expansão da escolaridade”. A autora ainda explica que o que acontece é um fenômeno conhecido como “*saturação*”, que se traduz em: “menos uma diminuição de

desigualdades entre brancos e negros (*preto/pardos*) e mais uma expansão do ensino para todos os grupos, que também representa menor desigualdade”.

Segundo um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2008, p.120)¹⁷ se for mantido o mesmo ritmo de diminuição das desigualdades raciais e de renda verificadas entre os anos de 1987 e 2007, somente no ano de 2029 as populações de *brancos* e *preto/pardos* alcançariam a igualdade. Esta previsão é pouco provável de concretizar-se, haja vista que são muitas as variáveis que podem influenciar, como: crises políticas e crises econômicas, entre outras.

A desigualdade racial na educação também se manifesta quanto mais os estudos se aproximam do topo da pirâmide social, tornando-se um freio para a ascensão. Este fato ficou evidente quando na pesquisa realizada pelo IPEA (2008). Uma das abordagens que a pesquisa adotou foi o critério de comparação de dois grupos de formação acadêmica/profissional, um deles composto pelas “profissões imperiais”, aquelas com as maiores médias salariais em 1980: medicina, direito e engenharias. Outro grupo composto pelas profissões com as três menores médias salariais no mesmo ano: letras, história e ciências da educação.

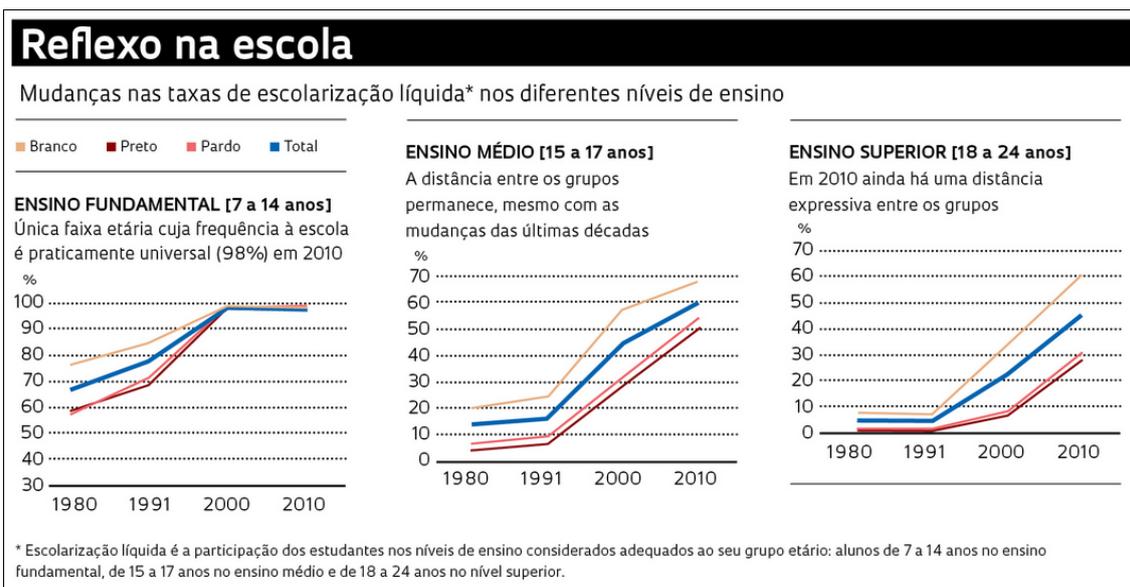
114

Os dados colhidos confirmaram que, além de menos negros ingressantes no primeiro conjunto, há diferenças salariais entre negros e brancos com o mesmo diploma e no mesmo grupo ocupacional. Também foi detectado mais um aspecto da desigualdade racial: os filhos de pais negros com diploma superior têm menos chance de ingressar na universidade do que os filhos de brancos na mesma condição. (FERRARI, 2015, p. 95). Outro levantamento que confirma a desigualdade educacional entre as populações de *brancos* e *preto/pardos*, são apresentados numa pesquisa feita pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM)¹⁸, entre os anos de 1980 a 2010, (quadro 7).

Quadro 07 – Representação gráfica da desigualdade de escolarização entre os grupos brancos e preto/pardos no período de 1980 a 2010.

¹⁷ Estudo feito pelo técnico Sergei Soares, registrado no artigo: “A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa aos negros no Brasil”. Capítulo V, p.119 – 129, do livro *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição*. Mário Theodoro (org.). Brasília, IPEA. 2008.

¹⁸ **O Centro de Estudos da Metrópole - CEM** é uma instituição de pesquisa avançada em ciências sociais, que investiga temáticas relacionadas a desigualdades e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas. Sediado na Universidade de São Paulo, é constituído por um grupo multidisciplinar, que inclui pesquisadores demógrafos, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos, economistas e antropólogos.



Fonte: Centro de Estudos da Metrópole – CEM (Dados IBGE, 1980 - 2010).

Analisando os dados é possível perceber que, para os dois grupos (*branco e preto-pardo*), na categoria ensino fundamental (7 a 14 anos), a frequência escolar é praticamente universal, aumentando gradativamente desde o ano de 1980 até alcançar o índice de 98% no ano de 2010.

Para os dois grupos (*branco, preto-pardo*), na categoria ensino médio (15 a 17 anos), a frequência escolar permanece distante, mesmo com as mudanças ocorridas através das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado nas últimas décadas. A diferença entre os grupos em 1980 era aproximadamente 20%. No ano de 2010 o índice de 20% se manteve.

Para os dois grupos (*Branco, Preto-Pardo*), na categoria ensino superior (18 a 24 anos), a diferença entre os grupos em 1980 era aproximadamente 8%, no entanto podemos perceber que, no ano de 2010, esta diferença se tornou expressiva, atingindo o índice de 32%.

CONCLUSÃO

Analisando os dados apresentados pelas pesquisas podemos concluir que foram registrados diversos avanços no acesso à educação da população brasileira, porém para atingir a meta proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2016, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2014, p.111); em termos gerais, foi verificado um aumento da frequência

escolar para todas as faixas etárias analisadas da educação básica, ainda que universalização dos níveis recentemente incluídos no ensino obrigatório ainda não tenha sido alcançada e o atraso escolar continua incidindo sobre um contingente significativo de estudantes. Por outro lado, observou-se uma melhora progressiva do fluxo escolar nos últimos nove anos, mesmo que esse processo não tenha beneficiado a todos no mesmo ritmo. Finalmente, a democratização do perfil dos estudantes do ensino superior na rede pública e na privada tem contribuído para o aumento da população com ensino superior completo.

A variável “discriminação racial” é difícil de ser medida nos censos, e sabemos que se faz presente em todos os setores da sociedade, muitas vezes de forma velada, impedindo a ascensão social do grupo *preto/pardo*. O racismo institucionalizado na sociedade brasileira deve passar por uma desconstrução feita através dos bancos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Tarcísio R e PAIVA, Clotilde Andrade. **Políticas de população no Período Joanino**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, Minas Gerais, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Outorgada pelo Imperador Dom Pedro I em 25 de março de 1824. Art. 179, Item XXXII. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 19/05/2015.

_____. **Decreto Nº 797 de 18 de junho de 1851**. Regulamento para a organização do censo geral do Império. Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-797-18-junho-1851-559435-publicacaooriginal-81652-pe.html>. Acesso em: 19/05/2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Legislação básica dos recenseamentos de 1872 e 1890**. Documentos Censitários, série A, n 1. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, 1951.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Características etnicorracias da população: um estudo das categorias de classificação de cor e raça**. 2008.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Situação social da população negra por estado**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Brasil em desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2010.

_____. **DECRETO/LEI Nº 218 de 26 de Janeiro de 1838.** Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia, cria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, 1938.

FERRARI, Márcio. **Desigualdades persistentes.** Revista Pesquisa FAPESP. São Paulo, ed. 233, p. 92 – 95, jul. 2015.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** Texto para discussão Nº 807. Brasília: IPEA, 2001.

LIMA, Márcia e PRATES, Ian. **Desigualdades raciais no Brasil: Um desafio persistente.** Artigo do livro Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, de Marta Arretche (org.). Editora UNESP/CEM. São Paulo, 2015.

MARX, Anthony W. **Making Race and Nation: A comparison of South Africa, The United States, and Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Classificação oficial e extraoficial: raça e cor em debate.** Perspectivas, Universidade Estadual paulista - UNESP, São Paulo, v. 29, n 1, p. 133-148, jan/jun. 2006.

NOBLES, Melissa. **History counts: a comparative analysis of racial/color categorization in us and brazilian censuses.** American Journal of Public Health, v. 90, n 11, p. 1738-1744, dez, 2000.

PASSOS, Joana Célia, dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em:

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. **Esboço da história do Brasil (Esquisse de l'histoire du Brésil).** José Honório Rodrigues (org.). Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco. Departamento de Imprensa Nacional. 1958.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje.** Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1870. Reimpresso em edição fac-similada, São Paulo, IPE/USP, 1986.